



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

415

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.

APROVADO
Sala das Sessões 13/maio/19
[Signature]

ROSICLÉA OLIVEIRA DA SILVA, Vereadora que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem com o devido acatamento perante Vossa Excelência, solicitar que após ser ouvido o plenário e, se aprovado, seja encaminhado **PEDIDO DE INFORMAÇÕES** ao Poder Executivo, *sobre o prazo de resposta dos ofícios e requerimentos, enviados à Prefeitura Municipal.*

A presente solicitação visa verificar a morosidade por parte do Poder Executivo, com relação a respostas de processos encaminhados por esta Casa Legislativa.

É importante ressaltar que as respostas dos pedidos, tanto ofícios quanto requerimentos, são uma forma de transparência dos atos praticados pelo Poder Público, bem como atender a própria população, já que solicitam retorno urgente sobre suas solicitações.

Ainda, a legislação garante que o pedido de informação encaminhado pelo Poder Legislativo seja analisado e respondido, sendo que a omissão acarreta consequências.

O Artigo 90, § único, inciso V da Lei Orgânica Municipal, garante que os pedidos encaminhados pela Câmara Municipal sejam respondidos, podendo o secretário municipal ser responsabilizado. Vejamos:

"Art. 90 (...)

Parágrafo Único - Compete aos Secretários Municipais, Diretores e Presidentes das Entidades da Administração Pública Direta e Indireta e Fundacionais do Município, além de outras atribuições estabelecidas nesta lei:

(...)

V - encaminhar à Câmara Municipal informações por escrito quando solicitado pela Mesa Executiva, podendo o Secretário Municipal ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa, ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como do fornecimento de informações falsas"

Assim, é garantido que o legislativo obtenha resposta. Ainda, o Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, o qual dispõe sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores, menciona sobre a responsabilização do Prefeito Municipal.

1425/19
28/05/19



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...)

III – desatender, sem justo motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

Até o momento, há média de mais de 10 solicitações de informações encaminhadas ao Executivo, os quais se dividem em requerimentos que passam por votação e ofícios encaminhados diretos que ainda não foram respondidos


Por fim, há também respostas encaminhadas sem fundamento, genéricas e que não atendem o solicitado, além de outras que não se atentam ao encaminhado por esta casa, conforme resposta encaminhada ao processo nº 783/2019, em que os esclarecimentos não condizem com o solicitado em requerimento.

Ante o exposto, solicitam-se informações sobre (i) qual é o prazo adotado para respostas de solicitações encaminhadas pela Câmara Municipal (ii) informe os critérios adotados para elaboração das respostas; e sobre (iii) qual é o motivo deste prazo, haja vista que a legislação da o prazo de 30 dias para que as respostas sejam encaminhadas.

Nestes termos,

P. deferimento

Campo Largo, 08 de maio de 2019.


Rosicléa Oliveira da Silva

Vereadora